

Constituinte antes das eleições

BRASILIA — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, quer votar a emenda do Governo que convoca a Constituinte antes do dia 15 de novembro. Para consegui-lo, Ulysses pretende definir hoje de manhã, em reunião com as lideranças partidárias, as questões polêmicas que envolvem a emenda, que serão votadas em separado se forem incluídas no substitutivo da Comissão Mista que examina o projeto.

Ulysses insistiu na proposta de criação de uma comissão para cuidar da legislação ordinária durante os trabalhos da Constituinte. A comissão teria as atribuições de Câmara, Senado e Congresso e seria composta por 60 a 80 membros, escolhidos de acordo com a proporcionalidade dos partidos. A comissão funcionaria no Senado e os integrantes não deixariam de ser constituintes: apenas não poderiam ser designados relatores de eventuais comissões.

Participarão da reunião que vai definir os pontos polêmicos — basicamente a ampliação da anistia aos militares e a convocação de uma Constituinte autônoma — além de Ulysses e dos líderes partidários na Câmara e no Senado, o Presidente da Comissão Mista, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), o Vice-Presidente, Deputado Oscar Correia (PDS-MG), e o Relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

O Presidente da Câmara considera a emenda do Deputado Jorge Ueque (PMDB-RS), que amplia a anistia dos militares, "da maior importância", mas acha que precisa ser examinada dentro da ótica de se conseguir o quórum de dois terços exigido para aprovação de emendas constitucionais. Ulysses não quis revelar sua posição, afirmando apenas que "será a do entendimento", e disse que não poderia dar uma palavra definitiva enquanto não tiver uma posição oficial do PMDB.

Além da comissão para legislação ordinária, Ulysses propôs outra fórmula para dar mais qualidade aos trabalhos da Constituinte: delegação ao Executivo para baixar leis. Como subsídios ao Relator Flávio Bierrenbach, Ulysses entregará cinco volumes sobre a elaboração da Constituinte italiana, depois da Segunda Guerra, e documentos sobre o processo na Espanha, onde o Legislativo se autoproclamou Constituinte e não houve uma eleição específica. A noite, Ulysses reunirá novamente as lideranças partidárias para um jantar em sua residência.

O PFL vai propor, na reunião da manhã, a aprovação da emenda do Governo como foi apresentada e a rejeição de todas as propostas de alteração substancial, como a instituição do delegado constituinte e eleições em datas diferentes para Governadores e para a Constituinte, além da convocação da Constituinte autônoma.

O Líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, já consultou a bancada, que é unânime contra as propostas, e só votará subemendas que



Ulysses dá entrevista e marca prazo para a votação da emenda, que pretende definir hoje

aperfeiçoem o projeto mas não alterem o conteúdo. O Líder na Câmara, José Lourenço, em conversas informais com os liderados, não ouviu posições favoráveis às propostas de alteração.

Para Chiarelli e Lourenço, a emenda Ueque não deve ser votada junto com a emenda da Constituinte. Lourenço não vê relação entre os dois temas e Chiarelli a considera "temporária, fora de safra". Na última reunião do Conselho Político do Governo, segundo Chiarelli, a emenda não teve receptividade, embora deva ser tratada pelo Conselho novamente hoje, após a reunião com Ulysses.

O PFL quer votar a emenda do Governo como está. O PDS espera decisão da Executiva Nacional

O PDS não oferecerá qualquer subsídio ao debate sobre a emenda do Governo. Os Líderes do partido na Câmara e no Senado, Prisco Viana e Murilo Badaró, definiram ontem à tarde uma posição comum: ainda que seja solicitada a opinião do partido, não se manifestarão. Alegarão que, em virtude da complexidade do tema, o partido só tomará uma posição oficial depois que

a Comissão Executiva Nacional e as bancadas deliberarem.

— Vamos à reunião mais para ouvir do que para falar, já que a responsabilidade pela sustentação da posição assumida pelo Governo compete exclusivamente à Aliança Democrática — disse Prisco.

Militares e civis unidos por legislação revolucionária ou atos decorrentes de motivação política lançam amanhã, ao Congresso, o "Mutirão da anistia", entregando aos parlamentares manifesto em favor da emenda Ueque. Os manifestantes chegarão a Brasília em ônibus fretados no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul e visitarão os gabinetes dos parlamentares. Farão também um trabalho "corpo-a-corpo" junto aos integrantes da Comissão Mista e aos líderes partidários. Segundo o Secretário-Geral do Comitê Nacional de Coordenação da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, Paulo Henrique Ferro Costa, mais de 90 por cento dos membros da Comissão Mista são favoráveis à ampliação da anistia e nenhum parlamentar já sondado manifestou-se contra a proposta.

O jurista Josaphat Marinho, membro da Comissão de Estudos Constitucionais, propôs ontem, em Salvador, um plebiscito após a conclusão dos trabalhos da Constituinte, para que o povo possa aprovar ou rejeitar a Constituição por ela elaborada. Segundo ele, esta é a fórmula para resgatar o poder constituinte do povo e conferir, antes da promulgação, se a Carta corresponde aos seus anseios.

Arinos: Candidato avulso afeta democracia

O jurista Afonso Arinos de Melo Franco, Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, disse ontem que a candidatura avulsa é "uma infração irremediável" contra a democracia representativa. Ele acha que não há democracia representativa "com a alienação dos partidos" e que os setores da Igreja que defendem a candidatura avulsa "não entendem nada disso".

— Quando leio sobre esse tema, fico abalado. O partido é instrumento insubstituível para a apresentação e organização e creio que teólogos não deveriam discutir sobre isso. Seria a mesma coisa se eu me desse nas discussões entre o Frei João Boff e o Papa sobre a Teo-

logia da Libertação — comparou.

Arinos falou também sobre os trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais que, em menos de um mês, já recebeu mais de cem colaborações de diversas entidades de classe e até individuais. O jurista adiantou que todas as propostas estão sendo analisadas e selecionadas para serem transformadas em programas de computação.

— Serão programadas em computador para que sejam indicadas todas as tendências manifestadas. Depois de separadas por temas, vamos elaborar textos específicos sobre cada assunto. Anteriormente, chegamos a estabelecer um prazo de 45 dias para fechar essa parte, mas co-

mo não podemos impedir que as colaborações continuem chegando, acho que teremos que dilatar esse prazo — disse.

A Comissão ganhou um novo local para as reuniões no Rio, onde os trabalhos são presididos por Evaristo de Moraes: no 18º andar do prédio do Banco Central, na Avenida Presidente Vargas, com direito a secretária, datilógrafos, xerox, telefone e telex.

— Hoje (ontem) ainda houve uma reunião na Fundação Getúlio Vargas (em Botafogo), em que se discutiram os regimes de Governo. Já tiramos as análises das Constituições de outros países e também as nossas, desde o Império — informou.